

A PEDIATRIA E A SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL:

*Contribuição da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)
para a promoção de ações com foco nesta população*

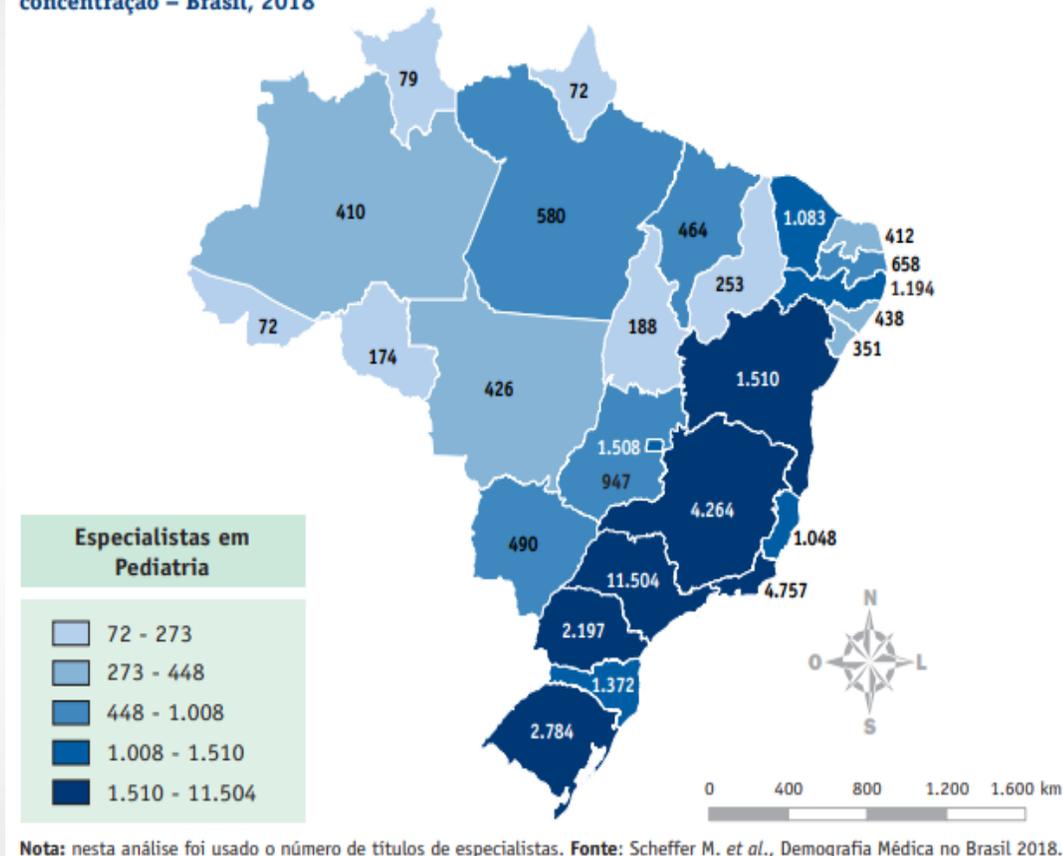
UM RETRATO DEMOGRÁFICO DA PEDIATRIA NO BRASIL

- Os pediatras compõem a SBP, a maior sociedade médica no Brasil e uma das maiores do mundo.
- **Apesar do número, há necessidade absoluta de mais pediatras nos serviços de assistência primária, secundária e terciária para crianças e adolescentes!**
- Saiba mais sobre como os pediatras brasileiros se distribuem pelo País.

Distribuição de títulos de especialistas, segundo especialidades – Brasil, 2018

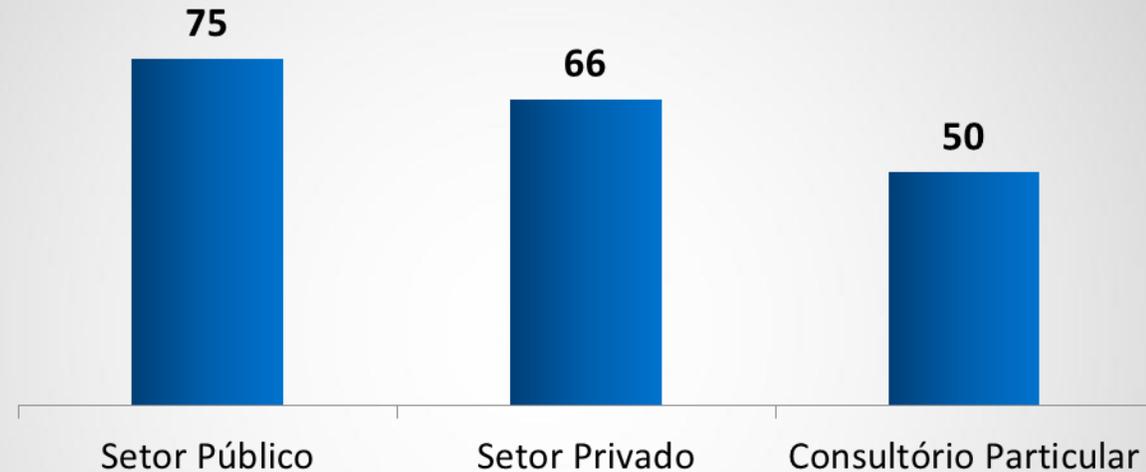
Especialidade	Número de títulos	%	% acumulado
Clínica Médica	42.728	11,2	11,2
Pediatria	39.234	10,3	21,5
Cirurgia Geral	34.065	8,9	30,4
Ginecologia e Obstetrícia	30.415	8,0	38,4
Anestesiologia	23.021	6,0	44,4
Medicina do Trabalho	15.895	4,2	48,6
Ortopedia e Traumatologia	15.598	4,1	52,7
Cardiologia	15.516	4,1	56,7
Oftalmologia	13.825	3,6	60,4
Radiologia e Diagnóstico por Imagem	12.233	3,2	63,6

Distribuição de médicos especialistas em Pediatria, segundo unidades da federação e faixas de concentração – Brasil, 2018



ONDE O PEDIATRA ATUA?

53% dos associados à SBP estão no setor público e no privado, taxa aumenta entre os mais jovens. Entre os médicos que prestam serviço exclusivamente no setor privado destacam-se aqueles com 60 anos ou mais.

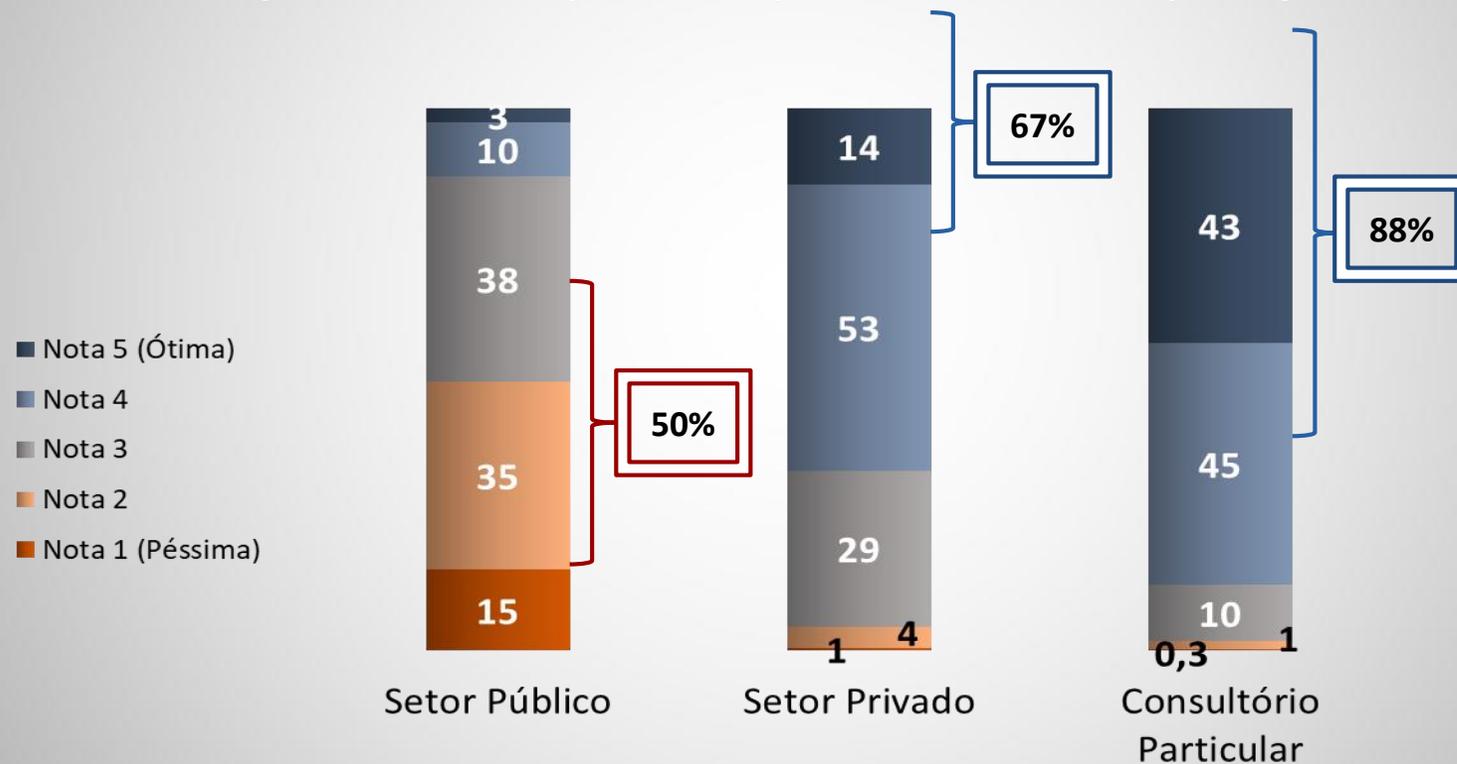


	Total	Sexo		Idade			
		Masculino	Feminino	Até 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Somente no Setor Público	21	14	23	14	23	24	18
Setor Privado + Consultório Particular	22	28	20	19	17	18	39
Público + Privado + Consultório Particular	53	54	53	66	59	57	31
Não presta serviços	3	3	3	-	1	1	11
Base	1211	325	886	187	331	421	272

COMO O PEDIATRA AVALIA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO?

Contextos adversos para oferecer o cuidado - *Carência de leitos e de infraestrutura nos postos de saúde*

50% dos médicos que atuam no setor público avaliam as condições de trabalho como ruim ou péssima e 38% classificam como regular. As condições oferecidas pelo setor privado tem maior aprovação, 67% ótima ou boa.



Base	900 entrevistas	799 entrevistas	607 entrevistas

A FALTA DE LEITOS DE INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA E DE UTIs NEONATAIS – ESTADOS

Leitos de Internação - Pediatria Clínica
Quantidade existente por Região e Unidade da Federação - 2010 e 2016

Região / Unidade da Federação	EXISTENTES		Variação %	SUS		Variação %	NÃO SUS		Variação %
	2010	2016		2010	2016		2010	2016	
Região Norte	5258	5016	-5%	4561	4133	-9%	697	883	27%
.. Rondônia	651	564	-13%	554	483	-13%	97	81	-16%
.. Acre	233	218	-6%	191	156	-18%	42	62	48%
.. Amazonas	900	933	4%	848	862	2%	52	71	37%
.. Roraima	88	63	-28%	88	59	-33%	-	4	-
.. Pará	2750	2605	-5%	2296	1984	-14%	454	621	37%
.. Amapá	195	245	26%	180	230	28%	15	15	0%
.. Tocantins	441	388	-12%	404	359	-11%	37	29	-22%
Região Nordeste	20444	16185	-21%	18296	14254	-22%	2148	1931	-10%
.. Maranhão	3007	2235	-26%	2655	2051	-23%	352	184	-48%
.. Piauí	1536	1259	-18%	1379	1125	-18%	157	134	-15%
.. Ceará	3292	2627	-20%	2919	2377	-19%	373	250	-33%
.. Rio Grande do Norte	1205	904	-25%	1151	857	-26%	54	47	-13%
.. Paraíba	1625	1305	-20%	1463	1070	-27%	162	235	45%
.. Pernambuco	2932	2497	-15%	2571	2186	-15%	361	311	-14%
.. Alagoas	1193	956	-20%	1090	741	-32%	103	215	109%
.. Sergipe	536	296	-45%	477	236	-51%	59	60	2%
.. Bahia	5118	4106	-20%	4591	3611	-21%	527	495	-6%
Região Sudeste	19171	15431	-20%	13886	10826	-22%	5285	4605	-13%
.. Minas Gerais	5251	4121	-22%	4303	3266	-24%	948	855	-10%
.. Espírito Santo	858	766	-11%	698	622	-11%	160	144	-10%
.. Rio de Janeiro	3755	3032	-19%	2844	2106	-26%	911	926	2%
.. São Paulo	9307	7512	-19%	6041	4832	-20%	3266	2680	-18%
Região Sul	9213	6991	-24%	7480	5607	-25%	1733	1384	-20%
.. Paraná	3819	2816	-26%	3160	2301	-27%	659	515	-22%
.. Santa Catarina	1734	1150	-34%	1411	918	-35%	323	232	-28%
.. Rio Grande do Sul	3660	3025	-17%	2909	2388	-18%	751	637	-15%
Região Centro-Oeste	5080	4415	-13%	4029	3340	-17%	1051	1075	2%
.. Mato Grosso do Sul	801	700	-13%	569	514	-10%	232	186	-20%
.. Mato Grosso	1145	1014	-11%	919	775	-16%	226	239	6%
.. Goiás	2391	2129	-11%	1907	1567	-18%	484	562	16%
.. Distrito Federal	743	572	-23%	634	484	-24%	109	88	-19%
Total	59166	48038	-19%	48252	38160	-21%	10914	9878	-9%

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES. Dados relativos ao mês de novembro de cad.

Leitos de UTI Neonatal por 1.000 Nascidos Vivos e Óbitos por 1.000 por Nascidos Vivos
Quantidade e razão por Unidade da Federação - 2017

Unidade da Federação	Leitos Existentes	Leitos Existentes por 1.000 NV	Leitos SUS	Leitos SUS por 1.000 NV	Óbito Neonatal* 2015	Óbito Neonatal* por 1.000 NV	Déficit de Leitos**
.. Acre	20	1,1	15	0,8	185	10,5 -	51
.. Alagoas	169	3,3	82	1,6	548	10,6 -	38
.. Amapá	19	1,1	5	0,3	195	11,4 -	49
.. Amazonas	88	1,1	59	0,7	804	10,1 -	230
.. Bahia	332	1,6	218	1,1	2193	10,7 -	485
.. Ceará	273	2,1	175	1,3	1154	8,7 -	258
.. Distrito Federal	183	3,1	79	1,3	501	8,4 -	56
.. Espírito Santo	252	4,5	128	2,3	445	7,9	26
.. Goiás	217	2,5	101	1,2	807	9,2 -	134
.. Maranhão	190	1,6	132	1,1	1254	10,8 -	274
.. Mato Grosso	204	3,6	78	1,4	513	9,1 -	22
.. Mato Grosso do Sul	94	2,2	44	1,0	346	7,9 -	81
.. Minas Gerais	880	3,3	583	2,2	2166	8,1 -	191
.. Pará	240	1,7	140	1,0	1477	10,4 -	326
.. Paraíba	89	1,5	63	1,1	478	8,1 -	146
.. Paraná	579	3,6	419	2,6	1285	8,0 -	63
.. Pernambuco	242	1,7	124	0,8	1488	10,2 -	343
.. Piauí	82	1,6	37	0,7	591	11,4 -	125
.. Rio de Janeiro	1242	5,2	334	1,4	1989	8,4	294
.. Rio Grande do Norte	130	2,6	91	1,8	481	9,7 -	68
.. Rio Grande do Sul	533	3,6	352	2,4	1075	7,2 -	61
.. Rondônia	56	2,0	26	0,9	269	9,6 -	56
.. Roraima	12	1,1	8	0,7	117	10,3 -	34
.. Santa Catarina	211	2,2	144	1,5	680	7,0 -	179
.. São Paulo	2294	3,6	1138	1,8	4845	7,6 -	249
.. Sergipe	87	2,4	64	1,8	409	11,3 -	58
.. Tocantins	48	2,0	38	1,5	205	8,3 -	50
Total	8766	2,9	4677	1,5	26500	8,8 -	3.305

Elaboração: Sociedade Brasileira de Pediatria. Fonte: Ministério da Saúde/CNES. Dados de leitos disponíveis relativos ao mês de dezembro de 2017; Nascidos vivos e Óbitos Infantis relativos à 2015; *Considera-se óbito ocorrido no período neonatal (0 a 28 dias incompleto); ** Cálculo estimado com base na necessidade de 4 leitos para cada mil nascidos vivos.

A FALTA DE ESTRUTURA NA ATENÇÃO BÁSICA

Resultado de fiscalização dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs)

Período coberto: janeiro de 2014 a dezembro de 2017.

Unidades fiscalizadas pelos CRMs: 4.664 (ambulatórios, centros de saúde, CAPS, postos/Estratégia Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde).

Motivos: denúncias da população, matérias da imprensa, pedidos do Ministério Público e outros órgãos de fiscalização, ações espontâneas.

ROTEIRO	TOTAL
MÉDICO - AMBULATÓRIO	894
MÉDICO - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	194
MÉDICO - CENTRO DE SAÚDE	400
MÉDICO - POSTO / ESTRATÉGIA / UNIDADE BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	2322
MÉDICO - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	854
TOTAL	4664

A FALTA DE ESTRUTURA NA ATENÇÃO BÁSICA

Problemas na infraestrutura física

DESCRIÇÃO	INEXISTÊNCIA	PERCENTUAL	UNIDADES
SANITÁRIO ADAPTADO PARA DEFICIENTE	1601	34%	4664
SALA DE EXPURGO/ESTERILIZAÇÃO	818	18%	4664
SALA DE ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM	741	16%	4664
FARMÁCIA OU SALA DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS	583	13%	4664
DML/MATERIAIS GERAIS DE CONSERVAÇÃO	564	12%	4664
SALA OU ARMÁRIO DE DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA – DML	564	12%	4664
RECEPÇÃO/SALA DE ESPERA COM BANCOS OU CADEIRAS APROPRIADAS	551	12%	4664
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS ADEQUADAS	510	11%	4664
SALA DE PROCEDIMENTOS OU SALA DE CURATIVOS	268	6%	4664
PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE GARANTIDOS	228	5%	4664
SANITÁRIO PARA FUNCIONÁRIO	201	4%	4664
SALA DE IMUNIZAÇÃO / VACINAÇÃO	146	3%	4664
SANITÁRIO PARA PACIENTE	102	2%	4664
SALA DE ATENDIMENTO MÉDICO (CONSULTÓRIO)	81	2%	4664

Ausência de equipamentos mínimos nos consultórios médicos

DESCRIÇÃO	INEXISTÊNCIA	PERCENTUAL	CONSULTÓRIOS	UNIDADES
OFTALMOSCÓPIO	2566	56%	4570	4664
NEGATOSCÓPIO OU OUTRO MEIO DIGITAL QUE POSSIBILITE A LEITURA DA IMAGEM	2096	46%	4570	4664
OTOSCÓPIO	1689	37%	4570	4664
ESFIGMOMANÔMETRO	996	22%	4570	4664
ESTETOSCÓPIO CLÍNICO ADULTO	764	17%	4570	4664
TERMÔMETRO	449	10%	4570	4664
PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE GARANTIDOS	171	4%	4570	4664

O PROBLEMA DA BAIXA COBERTURA VACINAL

Situação das coberturas vacinais de crianças <1 ano / 1 ano*, Brasil, 2011 a 2017*

Tipo de vacina (meta de coberturas vacinais)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BCG (90%)	107,9	105,7	107,4	106,9	105,1	95,5	91,4
Rotavirus Humano (90%)	87,1	86,4	93,3	92,0	94,2	88,90	75,2
Pneumococos (95%)	81,7	88,4	93,6	92,9	94,2	94,99	82,5
Meningococos (95%)	105,7	96,2	99,7	95,8	98,2	91,70	78,7
Tetra/Penta (DTP/Hib/HB) (95%)	99,6	93,8	95,9	94,2	96,3	89,30	76,4
Poliomielite (95%)	101,3	96,6	100,7	96,2	98,3	84,40	77,0
Triplíce viral (dose 1 - 95%)	102,4	99,5	107,5	112,1	96,1	95,40	83,8
Triplíce viral (dose 2 - 95%)			68,8	92,4	79,9	76,70	69,0
Hepatite A				120,3	97,0	71,50	76,1

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?zni/cnv/cpniuf.def> *Dados preliminares acessados em 16/02/2018.
Em vermelho para coberturas vacinais abaixo da meta (90%) BCG e Rotavirus e 95% demais vacinas)

O PROBLEMA DA BAIXA COBERTURA VACINAL

Cenário das coberturas vacinais no Brasil

- As **coberturas vacinais no País, estados e parcela dos municípios estão decrescendo** atingindo índices abaixo da meta estabelecida para cada vacina, com queda acentuada em 2016 e 2017 (para a maioria das vacinas)
- Constata-se **baixa homogeneidade de coberturas entre vacinas e entre municípios**, em geral <60% para a maioria das vacinas até o ano de 2016 e <30% em 2017 para todas as vacinas.
- A queda nas coberturas vacinais de vacinas para doenças já eliminadas como sarampo, rubéola e poliomielite, ou já controladas, a exemplo da difteria e da coqueluche **expõe a população ao risco de adoecer (recrudescimento de casos)**.
- Experiências de surtos de sarampo e febre amarela em áreas de elevadas coberturas administrativas apontam para a **necessidade de validação dos dados** utilizando outras estratégias locais de monitoramento e avaliação.
- Sistema de Informação nominal do PNI representa um avanço importante na área de informação, no entanto, **o processo de implantação nas salas de vacinas ainda é lento** em especial em Roraima e Rio de Janeiro com apenas 19% e 20% de salas utilizando o SIPNI.

➤ *Dados de 2017 são provisórios até 30 /04/2018.*

FILA DE ESPERA POR CIRURGIAS PEDIÁTRICAS NO SUS

Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação junto à 5 estados e 4 capitais

FILA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - POR ESTADO - BRASIL, 2017					
Estado	Quantidade de cirurgias	Municípios de Residência	Data de Inclusão Primeiro da Fila	Procedimento mais demandado	
				Nome	Quantidade
Ceará	1.900	145	2008	Postectomia	272
Minas Gerais	53.653	705	2016	Amigdalite e/ou Adenoide	15.466
Rio Grande do Sul	2.128	217	2012	Amigdalite e/ou Adenoide	1.072
Rondônia	371	57	2017	Postectomia	34
Tocantins	1.491	127	2007	Hernioplastia	633

FILA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - POR CAPITAL - BRASIL, 2017					
CAPITAL	Quantidade de cirurgias	Municípios de Residência	Data Primeiro da Fila	Procedimento mais demandado	
				Nome	Quantidade
Aracaju	274	57	2016	Hernioplastia	68
Fortaleza	3.820	197	2001	Amigdalite e/ou Adenoide	651
Porto Alegre	223	59	2015	Amigdalite e/ou Adenoide	106
São Paulo	3.750	-	2014	Ortopedia	3.336

Distribuição dos casos por idade do paciente

Idade dos Pacientes	ESTADOS				
	CEARÁ	MINAS GERAIS	RIO GRANDE DO SUL	RONDÔNIA	TOCANTINS
Menor 1 ano	32	648	78	3	109
1 a 4 anos	407	10.221	491	42	418
5 a 9 anos	646	17.719	760	79	627
10 a 14 anos	298	12.310	417	67	284
15 a 19 anos	410	12.775	585	180	86
Total	1.793	53.673	2.331	371	1.524

Idade dos Pacientes	CAPITAIS				
	ARACAJÚ (SE)	BOA VISTA (RR)	FORTALEZA (CE)	PORTO ALEGRE (RS)	SÃO PAULO (SP)
Menor 1 ano	12	9	40	9	21
1 a 4 anos	90	32	541	85	656
5 a 9 anos	90	18	1.306	84	1.021
10 a 14 anos	39	14	1.238	24	1.058
15 a 19 anos	43	-	820	21	994
Total	274	73	3.945	223	3.750

O IMPACTO NOS ÓBITOS DAS CRIANÇAS

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL						
Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos, segundo Região e UF						
Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2006	19,6	26,8	24,8	15,3	13,4	18,5
2007	18,6	25,3	23,2	14,8	13,0	17,7
2008	17,7	23,1	21,8	14,3	12,5	17,1
2009	16,8	22,3	20,3	13,9	12,0	16,4
2010	16,0	21,0	19,1	13,4	11,6	15,9
2011	15,3	19,9	18,0	13,0	11,3	15,5
2012	13,5	16,6	15,0	12,2	11,1	13,6
2013	13,4	16,5	15,5	12,0	10,7	13,6
2014	12,9	15,7	14,5	11,7	10,8	13,0
2015	12,4	15,2	14,0	11,3	10,4	12,2

Fonte: Ministério da Saúde

TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL						
Número de óbitos neonatal (0 a 27 dias) por 1.000 nascidos vivos, segundo Região e UF						
Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2006	11,1	12,8	12,9	9,9	9,1	10,4
2007	10,7	12,1	12,7	9,4	8,7	10,0
2008	10,3	11,6	11,8	9,3	8,8	9,8
2009	10,1	12,0	11,8	9,1	8,1	9,8
2010	9,7	11,5	11,2	8,6	8,0	9,5
2011	9,5	11,0	10,8	8,5	8,1	9,4
2012	9,3	10,8	10,8	8,4	7,7	9,6
2013	9,2	10,7	11,0	8,2	7,3	9,3
2014	9,0	10,3	10,3	8,1	7,6	9,0
2015	8,8	10,3	10,1	7,9	7,5	8,7

Fonte: Ministério da Saúde

O SUS E O SUBFINANCIAMENTO DA SAÚDE

Situação no Brasil e no mundo

Os números confirmam: a saúde do Brasil precisa de atenção! Há carência de mais financiamento e melhor gestão.

Para OMS, dos países com acesso universal, o Brasil é o que tem a menor participação do Estado no financiamento da saúde.

Brasil: participação do Estado é de 48,2%.

Percentuais de outros países:

- *Reino Unido (83,5%);*
- *França (77,5%);*
- *Alemanha (76,8%);*
- *Espanha (70,4%);*
- *Canadá (69,8%);*
- *Austrália (67%);*
- *Argentina (67%).*



Fonte: OMS, 2013

O SUS E O SUBFINANCIAMENTO DA SAÚDE

Situação no Brasil

Entre 2003 e 2017, o Ministério da Saúde deixou de aplicar cerca de R\$ 174 bilhões no SUS.

No período, foram autorizados R\$ 125 bilhões para obras e compra de equipamentos, mas apenas R\$ 75 bilhões foram efetivamente gastos.

Orçamento Geral da União - Ministério da Saúde*			
Ano	Dotação Autorizada	TOTAL PAGO**	TOTAL PAGO - Dotação Autorizada
2003	69.491.128.742,48	64.590.010.059,86	-4.901.118.682,62
2004	79.927.372.580,13	70.515.638.008,34	-9.411.734.571,78
2005	84.015.728.188,35	69.777.309.945,17	-14.238.418.243,17
2006	86.745.698.717,95	76.958.850.812,09	-9.786.847.905,86
2007	96.051.908.768,69	83.543.212.003,19	-12.508.696.765,50
2008	97.311.918.304,40	86.426.254.898,14	-10.885.663.406,27
2009	105.190.341.024,57	93.056.256.693,45	-12.134.084.331,12
2010	108.646.687.523,59	102.382.550.244,41	-6.264.137.279,17
2011	118.081.840.491,59	107.088.041.947,38	-10.993.798.544,21
2012	132.840.033.224,75	114.426.102.668,95	-18.413.930.555,80
2013	131.078.612.562,31	115.208.878.391,51	-15.869.734.170,81
2014	132.920.917.619,93	121.569.954.814,99	-11.350.962.804,94
2015	136.264.446.044,47	119.296.090.361,32	-16.968.355.683,15
2016	125.087.357.673,08	118.642.521.508,91	-6.444.836.164,17
2017	129.683.885.064,00	115.870.666.610,66	-13.813.218.453,34
TOTAL	1.633.337.876.530,29	1.459.352.338.968,37	-173.985.537.561,92

Investimentos Ministério da Saúde*			
Ano	Dotação Autorizada	TOTAL PAGO**	TOTAL PAGO - Dotação Autorizada
2003	3.181.422.259,02	1.520.994.487,46	-1.660.427.771,57
2004	5.221.322.305,26	2.543.008.974,34	-2.678.313.330,92
2005	5.066.979.128,65	1.876.104.948,20	-3.190.874.180,45
2006	6.229.480.655,36	2.866.064.925,96	-3.363.415.729,40
2007	8.544.102.429,95	2.529.209.080,39	-6.014.893.349,56
2008	6.756.611.818,39	2.124.856.395,19	-4.631.755.423,20
2009	6.969.754.383,64	2.640.197.460,54	-4.329.556.923,10
2010	7.130.241.463,01	3.542.377.563,22	-3.587.863.899,78
2011	8.396.048.308,82	3.473.390.403,61	-4.922.657.905,20
2012	16.814.972.767,25	4.847.504.116,91	-11.967.468.650,34
2013	12.233.443.171,85	5.071.359.485,23	-7.162.083.686,62
2014	11.581.936.363,22	5.285.721.357,39	-6.296.215.005,82
2015	11.569.855.677,43	4.630.557.372,99	-6.939.298.304,44
2016	7.001.458.085,84	5.098.684.139,03	-1.902.773.946,81
2017	8.216.962.892,00	2.943.453.959,94	-5.273.508.932,06
TOTAL	124.914.591.709,68	50.993.484.670,40	(73.921.107.039,28)

O FUTURO QUE QUEREMOS E PODEMOS TER NO BRASIL -

Compromisso com o financiamento

- Fim de contingenciamentos e cortes orçamentários, com a garantia de execução plena dos recursos disponíveis;
- Estabelecimento de uma política de financiamento para o SUS que contemple suas diretrizes e princípios, com serviços de qualidade;
- Aumento da participação do Estado no gasto sanitário total do País, em percentuais compatíveis com os de outras nações que possuem sistemas de saúde de acesso universal.

Compromisso com a gestão eficaz

- Qualificação dos gestores (esferas federal, estadual, municipal);
- Fortalecimento do monitoramento, controle e avaliação de resultados;
- Combate à corrupção na saúde. A CGU apontou distorções ou uso irregular de recursos públicos na saúde em valor superior a R\$ 15,9 bilhões ao longo dos últimos 14 anos.

Compromisso com a universalidade, integralidade e qualidade na assistência

- Fortalecimento das políticas públicas de saúde em todos os níveis de atenção (baixa, média e alta complexidades);
- Reestruturação da rede do SUS, com maior oferta de leitos, equipamentos, insumos e medicamentos necessários a integralidade das ações.

Compromisso com a criança e o adolescente

- Valorização e reconhecimento da importância do papel do pediatra na assistência de TODAS as crianças e adolescentes;
- Oferta de infraestrutura física, insumos e medicamentos para garantia de atendimento adequado;
- Implementação de uma política de recursos humanos, com melhor remuneração, educação continuada e perspectivas de crescimento profissional para os médicos pediatras;
- Apoio aos programas de promoção da saúde e de prevenção de doenças (aleitamento materno, alimentação saudável, vacinação, atividade física)

Nascimento Seguro, um desafio em todo o mundo

O GOVERNO DEVE OFERECER GARANTIA DE NASCIMENTO SEGURO PARA TODOS OS BRASILEIROS!

- 2,6 milhões de bebês morrem anualmente, antes do primeiro mês.
- Um milhão morre já no primeiro dia de existência.
- Outros 2,6 milhões são natimortos.
- Cerca de 80% dessas mortes poderiam ter sido evitadas com cuidados básicos.

Das 184 nações analisadas pelo Unicef, o Brasil figura como a 108ª pior para recém-nascidos, com média de 9,9 mortes neonatais para cada 1 mil nascidos vivos.

Fonte: Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês: *United Nations Children's Fund* - Unicef)

A SBP lança a campanha do Nascimento Seguro

- A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) está convicta de que é possível dar um basta a essa situação. Como?
- Com engajamento dos profissionais, apoio da população e, principalmente, com a decisão política dos gestores de priorizar o enfrentamento desse problema multifatorial.
- **Objetivo:** conscientizar gestores, equipes multiprofissionais, famílias e gestantes sobre a importância da presença do pediatra durante a gestação e no nascimento.

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) se coloca à disposição das autoridades brasileiras e dos candidatos às Eleições Gerais de 2018 para contribuir no que se fizer necessário à construção de um Brasil melhor para as futuras gerações.

presidencia@sbp.com.br
(21) 2548-1999